

**MODO DE VIDA CAMPONÊS CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO,  
TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE ANGICAL –  
PARANÃ/TO**

**MODO DE VIDA CAMPESINO CONTEMPORÂNEO: FORMACIÓN, LA  
TRANSFORMACIÓN Y LA RESISTENCIA DE LA COMUNIDAD ANGICAL -  
PARANÃ / TO**

Silvaldo Quirino Tavares  
Graduado e mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins- Campus de  
Porto Nacional  
silvaldo@mail.uft.edu.br

Marciléia Oliveira Bispo  
Prof. Doutora da Graduação e Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do  
Tocantins- Campus de Porto Nacional  
marcileia@uft.edu.br

## **RESUMO**

Este artigo é oriundo das discussões de um projeto de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação territorial, as práticas produtivas e os elementos socioespaciais de resistência da Comunidade Angical em Paranã-TO frente às adversidades sociais e ambientais presentes. A base teórica da pesquisa é composta das discussões presentes na literatura em torno da questão agrária no Brasil, tendo como foco aspectos territoriais, espaciais e ambientais. A metodologia definida constitui revisão bibliográfica, realização de entrevista, aplicação de formulários e observação. No estágio atual da pesquisa os resultados já alcançados mostram real necessidade entender a realidade da comunidade diante dos diversos problemas que enfrentam. Os conflitos agrários, as dificuldades produtivas e o acesso à política são questões que precisam ser compreendidas e discutidas de forma aprofundada na Comunidade Angical.

**Palavras-chave:** Modo de vida camponês; adversidades sociais e ambientais; resistência camponesa.

## **RESUMEN**

Este artículo proviene de las discusiones del proyecto de investigación de maestría en curso en el Programa de Posgrado Geografía (PPGG) de la Universidad Federal de Tocantins (UFT). El objetivo de este estudio es analizar el proceso de formación territorial, las prácticas productivas y elementos socio-espaciales de la resistencia a la Comunidad Angical en Paranã-TO frente en las adversidades sociales y ambientales. La base teórica de la investigación se compone de las discusiones en torno a la cuestión agraria en Brasil, centrando se en los aspectos territoriales, espaciales y ambientales. Esta metodología es revisión de la literatura, la realización de entrevistas, aplicación de formularios y la observación. En la etapa actual de resultados de la investigación ya alcanzados mostrar verdadera necesidad de comprender la realidad de la comunidad ante los diversos problemas que se enfrentan. Los conflictos

agrarios, las dificultades de producción y el acceso a la política son cuestiones que deben ser comprendidos y discutido en profundidad en la Comunidad Angical.

**Palabras clave:** modo de vida campesino; dificultades sociales y ambientales; resistencia campesina.

## 1. INTRODUÇÃO

A existência camponesa não é recente e está presente em diferentes momentos históricos. Os camponeses, ao produzirem na terra, estabelecem um conjunto de relações sociais que apresentam características próprias. Neste sentido a formação socioespacial envolve uma série de relações que ocorrem ao longo do tempo.

De acordo com Santos (1982) o referido processo engloba práticas sociais ligadas ao modo de produção. Ele explica que as ações humanas em diferentes escalas produzem, em um tempo histórico, as formas e processos espaciais. Partindo destes pressupostos, propõe-se a pesquisa na Comunidade Angical, em Paranã –TO, com um grupo de camponeses que ali residem.

Paraná é uma cidade histórica do Tocantins situada na região sudeste do estado. Com latitude 12° 36' 55" S e longitude 47° 52' 59" W, a 360 km da capital. De acordo com o IBGE (2010), Paranã foi elevada a categoria de cidade em 05 de outubro de 1857. É o segundo município em área territorial tendo 11.260.216 km<sup>2</sup>. Conforme o IBGE (2010). Tem uma população de 10.338 habitantes, com densidade demográfica de 0,92 hab/km<sup>2</sup>, sendo 54,3% residentes da zona rural.

Já a Comunidade Angical é situada na parte centro-leste do município na latitude 12° 32' 15" S e longitude 47° 35' 05" W. Nela manifesta as principais características da organização do espaço agrário no município de Paranã.

A Comunidade Angical engloba um número 32 famílias, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (2016), que produzem sob a lógica da agricultura camponesa. Neste modo produtivo “[...] uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 2007 p. 40).

O modo de vida da Comunidade Angical passa por diversas transformações, sobretudo nas duas últimas décadas. Surgem diversas limitações de ordem ambientais e sociais. Além disso, surgem novas relações, movidas por influências externas, que exigem mudanças na forma da reprodução social. Isso ocorre para manter as práticas produtivas tradicionais ou

incorporar elementos que garantam a resistência às forças internas e externas que dificultam a permanência.

As práticas agrícolas enfrentam como um dos principais problemas as estiagens prolongada, as quais afetam tanto o cultivo dos alimentos básicos quanto a criação de animais. É um problema que desequilibra as atividades socioprodutivas da maioria da população rural dos municípios do Sudeste do Tocantins. Nesta situação os mais vulneráveis são os camponeses localizados em áreas distantes ou de difícil acesso aos rios perenes, como o caso em estudo.

No entanto, os problemas socioprodutivos não resumem ao perfil e à dinâmica da natureza no referido ambiente. Pode-se destacar como um fator de influência nas dificuldades produtivas da comunidade a redução no tamanho das famílias, principalmente, em razão da saída de parte dos jovens para a cidade de Paranã ou ainda outras cidades do Tocantins e outros estados. Oliveira (2007) afirma que na agricultura camponesa a mão de obra principal é a familiar. Neste contexto a dispersão dos membros das famílias pode diminuir a força de trabalho da comunidade.

Outra situação é o surgimento de uma relação mais estreita com a cidade, sobretudo no século XXI, a qual provoca transformações nas práticas de reprodução espacial até então consolidadas. Andrade e Alves (2014) salienta que a dicotomia entre campo e cidade vem diminuindo, havendo maiores conexões nas práticas sociais estabelecidas. Portanto, a interação entre estes dois espaços pode influenciar no perfil produtivo em questão.

Ainda que existam as adversidades citadas, a permanência das famílias na comunidade é consideravelmente alta em relação à tendência de esvaziamento do campo que se processa no Brasil. Essa permanência não pode ser, irrefletidamente, entendida como sinônimo de acomodação neste espaço.

As contradições, e os conflitos de diferentes naturezas, ainda que pouco visíveis, estão presentes nas práticas locais e na dinâmica da relação com a cidade e em outras escalas. Neste contexto, surge o seguinte questionamento: Como ocorreu o processo de formação territorial e quais os elementos socioespaciais de resistência da Comunidade Angical em Paranã-TO frente às adversidades ambientais e sociais presentes nas atividades socioprodutivas e na permanência no campo?

## **2. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Com o objetivo de responder a questão anterior, o procedimento inicial para o desenvolvimento da pesquisa consiste na revisão bibliográfica através de diversas fontes textuais da literatura inerente ao tema, juntamente com a análise de documentos de instituições públicas federais, estaduais e municipais. Este levantamento tem como finalidade situar a problemática na discussão desenvolvida pelos principais conceitos a serem operacionalizados na elaboração da dissertação. Um dos critérios a ser seguidos para isso é optar por determinadas tendências dos conceitos já que alguns variam em diferentes abordagens.

Os dados secundários podem ser extraídos de diversos órgãos públicos. Na esfera federal o foco é Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na esfera estadual tem-se: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH) e Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) Defesa Civil Estadual e o Instituto do Desenvolvimento Rural (RURALTINS). Já no município conta-se com: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria da Cultura, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nestas fontes é possível o acesso a dados socioeconômicos, ambientais e culturais em diferentes escalas possibilitando a aproximação da análise à escala local.

O segundo momento abrange o trabalho de campo do grupo social estudado. Este procedimento “[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica anteriormente elaborada na primeira etapa” (MINAYO, 2009, p.26). Desse modo, foi preciso pensar na necessidade de um contato direto com o ambiente de pesquisa, priorizando o diálogo com os camponeses que são os principais participantes da pesquisa.

Nesta etapa está inserida a realização de um estudo de caso na Comunidade Angical. De acordo com Triviños (1987) trata-se de uma modalidade de pesquisa realizada de forma aprofundada em uma unidade de estudo. Neste caso o objeto de estudo é analisado mais detalhadamente, mesmo sendo relacionado com outras escalas geográficas.

Como parte desta etapa, define-se a realização de entrevistas semiestruturadas, com uso de gravador, com os moradores mais antigos e com alguns representantes do poder público. De acordo com Triviños (1987) é um tipo de entrevista que oferece todas as possibilidades do informante contribuir com a investigação. Nesta modalidade o pesquisa pode ser complementada ou reestruturada tendo o surgimento de novas hipóteses.

Faz parte da metodologia, também, a aplicação formulários com todos os membros da comunidade em estudo. Conforme Gerhardt e Silveira (2009) trata-se de um instrumento de pesquisa que possibilita a coleta de dados a serem quantificados. Explicam que é o mais indicado no caso de grupos formados por diferentes perfis de pessoas, onde pode haver

membros com dificuldades no domínio da escrita. Por ser preenchido na presença do aplicador o formulário permite explicações específicas sobre as questões.

Concluída a fase exploratória de campo, deve ocorrer o processamento das informações obtidas nas entrevistas, formulários e nas fontes institucionais. Isto será feito concomitante com análise e reflexão relacionadas ao campo teórico da pesquisa, mantendo a operacionalização dos conceitos. Nesta etapa haverá o confronto inicial entre o conhecimento já produzido e o conhecimento em produção na elaboração da dissertação de mestrado.

### **3. MODO DE VIDA CAMPONÊS, ADVERSIDADES, LUTAS E RESISTÊNCIAS**

O modo de vida camponês é caracterizado tanto pela história de luta pelo acesso à terra como pelas especificidades de suas práticas produtivas e culturais. Entretanto, a ligação com a terra está na base da reprodução social. Esse necessário vínculo, como resalta Oliveira (2007), tem sido motivo de muitos embates frente a expropriação causada pelo capitalismo. Em razão disso, o processo migratório tornou-se alternativo para aqueles que buscam o acesso a uma área de terra para produzir.

De acordo com Martins (2004) o movimento camponês no Brasil já passou por momentos de grande expressão e momentos de repressão pelos interesses dominantes. Durante a ditadura militar, por exemplo, as ações dos trabalhadores sem terra ficaram limitadas. Somente após esse período houve abertura para o “amplo território da liberdade, da democracia e da sociedade como agente do querer histórico”. Os movimentos começam ganhar força para suas reivindicações.

Neste processo, o direito de acesso à terra por meio de políticas públicas de desconcentração fundiária tem sido objetivos dos trabalhadores rurais. Entretanto, de acordo com Martins (2004), a reforma agrária tem sido uma discussão repleta de equívocos interpretativos, sendo alvo de muitas opiniões irrefletidas. Segundo ele, esses conflitos de ideias são impasses para os avanços no processo necessário para a resolução dos problemas sociais ligados a questão fundiária.

É importante resaltar que muito antes da Ditadura Militar os conflitos pela terra já eram intensos no Brasil. Conforme Guimarães (1988), no caso da antiga Região Centro Norte de Goiás, onde hoje compreende parte das Regiões Sul e Sudeste do Tocantins, os conflitos ganharam força nos anos 50 e 60. Segundo ela, em algumas cidades como Trombas, Formoso,

Gurupi e Natividade a situação foi mais tensa. Já em outras que estão na mesma região, como Paranã, os conflitos foram menos expressivos.

Neste de espaço de luta, perdurado por um longo tempo, as práticas camponesas se consolidam e produzem novos arranjos. Isso ocorre por meio da consolidação do modo vida intrínseco à classe em lugares onde formam territórios por meio da conquista e resistência. Estes espaços adquirem especificidades conforme o modo de produção camponês, o qual, de acordo com Oliveira (2007), está baseado em relações não capitalistas.

No entendimento de Moraes (1999), toda produção engloba um série de relações envolvendo diferentes atores em diferentes escalas. São as relações sociais de produção, as quais variam de complexidade conforme o nível das forças produtivas. No modo de produção de subsistência, por exemplo, ocorrem relações mais simples.

Nas práticas produtivas humanas existem algumas adversidades ambientais, como o caso das variações climáticas e escassez hídrica. Segundo Ayoade (1986), o fator climático é uma variável muito importante para as práticas produtivas humanas, tendo influências, sobretudo, nas atividades agrícolas. O autor aponta como elementos climáticos importantes a radiação, o vento, a temperatura e a umidade. A água é vista com de maior importância, no que se refere à agricultura.

Diante de uma realidade afetada pela seca, a agricultura camponesa, que depende diretamente de condições climáticas favoráveis, enfrenta problema para se manter. Há casos em que se mantém pelo fato do camponês ser “[...] um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar” (OLIVEIRA, 2007, p.11). Diante da luta pela terra, muitas vezes, as áreas que tem acesso são ecologicamente desfavoráveis para o modelo de produção que desenvolve. Mesmo assim, há um esforço para nela produzir.

A agricultura camponesa tem em sua constituição um forte expoente de resistência ao longo dos anos. As investidas do capital e a manipulação dos agentes construtores das políticas públicas para o campo impediram o avanço da conquista e da redenção desse setor da classe trabalhadora. As demandas e os embates tornaram-se permanentes no que se refere à criação de um programa de política agrária que favoreça esse segmento da sociedade. (LIMA, 2011, p.80).

Em razão disso, a disponibilidade de recursos acaba sendo insipientes, conforme as adversidades enfrentadas na produção. É neste âmbito que mesmo para os assentados a luta permanece, em confronto com o modo capitalista de produção. É preciso “[...] resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa” (Girardi, 2009, p. 19).

Entretanto, é importante lembrar que realidade camponesa não se explica apenas pela agricultura que desenvolve, mas também por outros fatores que a define. Felício (2006) defende, no ponto de vista da questão agrária, que os movimentos camponeses ocorrem frente a todas as formas de expropriações geradas pelo capitalismo. Isso ocorre porque o “[...] capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Assim, a permanência socioproductiva exige elementos que vão além do êxito nas práticas produtivas agrícolas.

Dessa forma, entende-se que a convivência com determinada realidade cria uma base mais sólida no enfrentamento dos problemas existentes. Nesse processo, a “[...] territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como simples *qualidade de ser território* é muitas vezes concebida em um sentido estrito com a dimensão simbólica de um território” (HAESBAERT, 2012, p.73). Trata-se de elementos que podem sustentar as práticas sociais mesmo diante de adversidades.

Dourado (2012) explica que ocorre a formação de uma consciência espacial a partir dos laços de solidariedade, os quais são fruto da construção humana em um processo histórico. Defende que tais práticas se desenvolvem territorialmente e por meio das representações espaciais. Nesta lógica, entende-se que o vínculo de determinado grupo com o território se constrói através das práticas cotidianas.

Nesta reflexão é preciso considerar que tais práticas não ocorrem, necessariamente, isoladas em determinados espaços. A interação entre os diferentes lugares se intensifica a cada momento. “[...] Verifica-se, assim, que as relações de complementaridade entre campo e cidade se intensificaram, mas cada parcela do espaço geográfico mantém suas particularidades” (HESPANHOL, 2013, p.110). Neste sentido:

[...] as diferenças entre o urbano e o rural estão na intensidade da territorialidade, sendo que o urbano apresenta relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, um vínculo local mais intenso (ANDRADE, 2014, p.181).

Ta diferença é possível devido a vida rural estar mais vinculada a natureza do ambiente. Faz parte de um espaço que aproxima mais da sustentação própria. Porém, de acordo com Hespagnol (2013) há interação entre estes espaços por meio das atividades que neles se desenvolvem. Campo/cidade e rural/urbano são pares, atualmente, imbricados, pois neles “[...] existem relações econômicas, socioespaciais, populacionais, culturais e ambientais que estão em constante interdependência” (ALVES, 2012, p.16).

De acordo com Alentejano (2014) no século atual há uma mudança de significado do meio rural em relação ao urbano. O campo passa a ser visto como possibilidade de qualidade de vida quando dispõe de recursos e infraestruturas suficientes. Com isso, a vida rural começa superar a visão pejorativa de inferioridade em comparação à vida na cidade, que também apresenta dificuldades específicas.

Neste contexto, a relação campo/cidade é uma questão que está presente nas práticas sociais dos camponeses. Os dois espaços se complementam, de tal modo que “[...] as atividades produtivas agrícolas tradicionais já não são mais suficientes para explicar, por si só, a dinâmica da renda, a das ocupações das famílias rurais” (LINDNER, 2009, p. 05). Assim, os meios de vida de determinadas comunidades tendem a necessitar, cada vez mais, de complementos externos. As práticas sociais variam no tempo e no espaço conforme características específicas da comunidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES

De acordo com os estudos já realizados, na elaboração do projeto e na fase inicial da pesquisa já é possível perceber que o processo de formação, e a permanência da Comunidade Angical ainda é uma questão a ser entendida. Sendo uma comunidade surgida em meado do século XX, tem resistido todas as forças antagônicas e ainda se reproduz no sentido de crescimento do número de famílias instaladas. Com isso, há muito conhecimento a ser, cientificamente, sistematizado tendo utilidade para a comunidade, a sociedade e meio acadêmico.

Além disso, a realidade dos camponeses de Paranã-TO, precisa ser vista mais de perto pela comunidade científica, pois carece de maior reflexão e discussão sobre os diversos problemas de ordem ambiental e social que afetam a lógica de produção social na qual estão inseridos. Neste sentido, a Geografia pode contribuir com a construção e reconstrução do pensamento a respeito do problema em questão.

Esta comunidade causou inquietação para a pesquisa por ser uma das áreas do município mais afetada pelos problemas levantados sobre modo de vida camponês. Têm-se como base as características e problemas locais, como também, as semelhanças destes fatores com a situação presente em todo o município.

Considerando tais questões e a carência de produção científica a respeito da problemática no município, é possível entender a importância e viabilidade de colocar em



pauta de pesquisa as questões levantadas. Desse modo, a preocupação está na contribuição com o campo científico e com a sociedade em geral.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/>>. Acesso em: 22 de julho de 2016.
- ALVES Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n. 3, set./ dez. 2012.
- ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. **As representações socioespaciais da relação Campo-cidade, rural-urbano na geografia agrária brasileira: análise do período entre 1998 e 2012**. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 9, nº. 17, p. 166-193, abr. 2014.
- AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- DOURADO, Auceia Matos. **Entre tradições e traduções: identidade territorial nos assentamentos de reforma agrária**. 2012. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo9.pdf>>. Acesso em: julho de 2016.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Geografia - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo>>. Acesso em: julho de 2016.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiania: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2010)**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=171620&idtema=90>>. Acesso em: 30 de março de 2016.

LIMA, Cícero Erivaldo de. **Agricultura camponesa, PRONAF, e iniciativas agroecológicas no município do Crato-CE.** (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Ceará, Centro de ciências, Departamento de Geografia, 2011. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7682/1/2011\\_dis\\_celima.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7682/1/2011_dis_celima.pdf)>. Acesso em: Julho de 2016.

LINDNER, Michele (et. Al). **Presença da ruralidade em municípios gaúchos:** o exemplo de Silveira Martins, RS. XIX encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível dialogo. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica:** a valorização do espaço. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Estudos Avançados v.15, n.43 São Paulo: Set./Dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** 1 ed. São Paulo: Labur Edições , 2007.

PARANÃ- TO. SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Cadastro domiciliar,** 2016.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço:** formação espacial como teoria e como método. 1982. Disponível em: <<http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.